

STJ00097910

MICHELLE SOUZA DIAS

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E
SELETIVIDADE DECISÓRIA
PRÁTICA POLÍTICA E (RE) DESENHO INSTITUCIONAL?

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2013

Copyright © 2013 by Michelle Souza Dias
Categoria: Direito Constitucional

Produção Editorial
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.
Diagramação: Ana Lúcia Morais
Capa: Cristiana Fernandes

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pela originalidade desta obra.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio
ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime
(Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 10.695, de 1º/07/2003),
sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações
diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Dados internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541s

Dias, Michelle Souza

Supremo Tribunal Federal e seletividade decisória : prática
política e (re) desenho institucional? / Michelle Souza Dias. – Rio
de Janeiro : Lumen Juris, 2013.

248 p. ; 23 cm.

Bibliografia: 197-213.

ISBN 978-85-375-2336-0

1. Brasil – Supremo Tribunal Federal. 2. Poder judiciário e
questões políticas. 3. Jurisdição – Brasil. I. Título.

CDD- 347.81035

SUMÁRIO

Introdução	1
-------------------------	---

PARTE I

Justiça Constitucional Brasileira e Conflitos Institucionais

Capítulo 1 - Ordem Constitucional e Questão Democrática	19
1.1. Entre a Democracia Procedimental e o Constitucionalismo ...	19
1.2. Constituição axiológica e atuação proativa das instituições judiciais	36
1.3. Controle de constitucionalidade das normas e dominação da Política pelos tribunais	46
1.4. Judicialização da Política e Politização do Judiciário	52
Capítulo 2 - A Teoria dos Desenhos Institucionais e o Direito	65
2.1. A Teoria da Instituição e da Fundação	65
2.2. O Desenho Institucional Racional e a contribuição de Philip Pettit	71
2.3. O Desenho Institucional Democrático	88
2.4. Supremo Tribunal Federal sob a perspectiva do institucionalismo	102
Capítulo 3 - O Supremo Tribunal Federal na Berlinda Decisória – Guarda ou Monopolista da Constituição?	105
3.1. A guarda da Constituição como prática seletiva	105
3.2. Traços centrais da categoria seletividade no âmago do aparelho estatal	117
3.3. Parâmetros adicionais a respeito da aplicação da categoria seletividade no âmbito das decisões morais e políticas do Supremo Tribunal Federal	127

PARTE II

Seletividade Decisória e (Re) Desenho Institucional do Supremo Tribunal Federal

Capítulo 4 - Controvérsias Morais e a Corte enquanto Catalisadora Deliberativa	145
4.1. Ponderações relevantes	145
4.2. Síntese das pretensões morais	148

4.2.1. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 54 e os Fetos Anencefálicos	149
4.2.1.1. Os instrumentos de participação requeridos e os aceitos	149
4.2.1.2. <i>Críticas aos legisladores e louvores aos juízes?</i>	151
4.2.2. A Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4277, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 132 e as Uniões Homoafetivas	154
4.2.2.1. <i>Os instrumentos de participação pleiteados e os deferidos</i>	154
4.2.2.2. <i>As censuras aos parlamentares e os elogios aos magistrados?</i>	155
4.2.3. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 186, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 3330 e o Recurso Extraordinário n.º 597285 e as Cotas Raciais	158
4.2.3.1. Os instrumentos de participação requestados e os procedentes	159
4.2.3.2. Os descréditos aos <i>legisladores e os panegíricos aos juízes?</i>	160
4.3. A abertura democrática através do diálogo com outras instituições	162
4.4. A seletividade decisória e o (re) desenho institucional	164
Capítulo 5 - Controvérsias Políticas e a Corte enquanto Barreira de Contenção	169
5.1. Considerações preliminares	169
5.2. Sinopse das controvérsias políticas	172
5.2.1. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153 e a Lei de Anistia	174
5.2.1.1. Os instrumentos de participação requeridos e os aceitos	174
5.2.1.2. O monopólio da última palavra e o encapsulamento decisório	175
5.2.2. As Ações Diretas de Constitucionalidade n.º 29 e 30 e, a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4578 e a Ficha Limpa	177
5.2.2.1. Os instrumentos de participação pleiteados e os deferidos	178
5.2.2.2. O monopólio da última palavra e o encapsulamento decisório	178

5.2.3. As Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.º 3999 e 4086 e a Fidelidade Partidária	182
5.2.3.1. Os instrumentos de participação requestados e os procedentes	183
5.2.3.2. O monopólio da última palavra e o encapsulamento decisório	183
5.3. A Constituição como limite do seu próprio guardião	186
5.4. A “blindagem” deliberativa e a seletividade decisória	191
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas	201
Anexos	215
Anexo 01: Projetos de Lei acerca do aborto de fetos anencefálicos no Senado Federal	215
Anexo 02: Projetos de Lei acerca do aborto de fetos anencefálicos na Câmara dos Deputados Federais	217